

**CONTRATO DE CONCESSÃO PARA PESQUISA E
PRODUÇÃO**

ENTRE

O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

E

**SASOL PETROLEUM MOZAMBIQUE EXPLORATION
LIMITADA**

E

**EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS.
EMPRESA PÚBLICA**

PARA

**ÁREA "A" ONSHORE
REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**



Índice

Artigo	Assunto	Página
	Partes	1
	Preâmbulo	2
1	Documentos Contratuais	3
2	Definições	4
3	Direitos Contratuais e sua Duração	9
4	Obrigações de Trabalho Durante o Período de Pesquisa	13
5	Condução das Operações Petrolíferas	20
6	Descoberta Comercial e Desenvolvimento	22
7	Abandono de Áreas	24
8	Registos e Relatórios	26
9	Recuperação de Custos e Direito à Produção	28
10	Determinação do Valor do Petróleo	35
11	Termos Fiscais e Outros Encargos	39
12	Bónus de Produção	50
13	Regras sobre o Levantamento	51
14	Conservação do Petróleo e Prevenção de Perdas	52
15	Desmobilização	54
16	Seguros	57
17	Gás Natural	60
18	Emprego e Formação	64
19	Indemnizações e Responsabilidade	66
20	Titularidade	68
21	Direitos de Inspeção	69
22	Contabilidade e Auditorias	70
23	Confidencialidade	71
24	Cessão	73
25	Força Maior	75
26	Regime Cambial	77
27	Natureza e Âmbito dos Direitos da Concessionária	80
28	Protecção do Ambiente	88
29	Renúncia e Resolução	91
30	Consulta, Arbitragem e Perito Independente	96
31	Lei Aplicável	102



32	Língua	104
33	Acordo de Operações Conjuntas	105
34	Acordos Futuros	106
35	Notificações	107

Anexos

Anexo "A"	Descrição da Área do Contrato
Anexo "B"	Mapa da Área do Contrato
Anexo "C"	Procedimentos Contabilísticos e Financeiros
Anexo "D"	Modelo de Garantia Bancária
Anexo "E"	Modelo de Garantia de Empresa Mãe
Anexo "F"	Acordo de Operações Conjuntas

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is a large, stylized 'C' followed by a horizontal line, and the initials are 'R' and 'D'.

Partes

Este Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção ("Contrato") é celebrado em 21 de Setembro de 2010 de acordo com a legislação aplicável entre:

- a) O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, doravante designado por "o Governo", aqui representado pela Ministra dos Recursos Minerais; e
- b) SASOL PETROLEUM MOZAMBIQUE EXPLORATION LIMITADA, sociedade constituída nos termos das leis de Moçambique, com representação devidamente registada em Moçambique, doravante designada por "SASOL", aqui representada pelo representante designado; e
- c) EMPRESA NACIONAL DE HIDROCARBONETOS. E.P., empresa pública constituída de acordo com as leis da República de Moçambique, aqui representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração e doravante designada por "ENH".

A SASOL e a ENH serão doravante designadas por "a Concessionária". A Concessionária e o Governo serão doravante conjuntamente designados por "as Partes" e individualmente por "Parte".

Preâmbulo

CONSIDERANDO QUE a lei dos petróleos aplicável estabelece que todos os recursos petrolíferos no solo e no subsolo terrestre, no leito das águas interiores e do mar territorial, na zona económica exclusiva e na plataforma territorial, são propriedade da República de Moçambique;

CONSIDERANDO QUE, nos termos da lei dos petróleos aplicável, o Governo tem competência para assegurar a implementação da política de Operações Petrolíferas e que, para efeitos deste Contrato, designou o Ministério dos Recursos Minerais, doravante designado por "MIREM", para exercer, conforme aqui seguidamente se especifica, determinadas funções em representação do Governo;

CONSIDERANDO QUE o Governo deseja atribuir à SASOL e à ENH o direito de realizarem actividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Petróleo em certas áreas sujeitas à jurisdição da República de Moçambique;

CONSIDERANDO QUE a Concessionária está disposta, sob determinados termos e condições estipulados, a realizar actividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Petróleo na Área do Contrato, e possui para esse efeito adequados recursos financeiros e competência técnica;

CONSIDERANDO QUE a lei dos petróleos aplicável estabelece que as actividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Petróleo devem ser exercidas ao abrigo de uma concessão;

ASSIM, NESTES TERMOS, é concluído o seguinte:

22/05/11



Artigo 1

Documentos Contratuais

O Contrato é constituído por este corpo principal e pelos seguintes Anexos, os quais dele fazem parte integrante:

Anexo "A"	Descrição da Área do Contrato
Anexo "B"	Mapa da Área do Contrato
Anexo "C"	Procedimentos Contabilísticos e Financeiros
Anexo "D"	Modelo de Garantia Bancária
Anexo "E"	Modelo de Garantia de Empresa Mãe
Anexo "F"	Acordo de Operações Conjuntas

Condicionado à conclusão do Contrato, a Concessionária apresentará um acordo de operações conjuntas assinado conforme estipulado no Anexo F, cuja aprovação do Governo constitui uma condição nos termos deste Contrato.

Em caso de conflito entre o disposto no corpo principal do Contrato e o disposto nos seus Anexos, prevalecerão as disposições constantes do corpo principal do Contrato.

Artigo 2

Definições

Salvo se o contexto indicar o contrário, as definições previstas na lei dos petróleos em vigor, em Moçambique, actualmente Lei n° 3/2001 de 21 de Fevereiro e o Decreto n° 24/2004 de 20 de Agosto aplicam-se a este Contrato. Os termos e expressões utilizados neste Contrato, incluindo os respectivos Anexos, terão os seguintes significados:

"Área do Contrato" (*EPC Area*) significa área "A" em terra "onshore" localizada na Bacia de Moçambique conforme descrita no Anexo A e representada no Anexo B. As disposições da lei de petróleos aplicável na data da assinatura do Contrato regulando Operações Petrolíferas usa o termo "Área do Contrato" que será aplicado *mutatis mutandis*, salvo se de outra forma estipulado.

"Área de Descoberta" (*Discovery Area*) significa uma área que se estende lateralmente de forma a abranger, na medida em que os limites da Área do Contrato o permitam, qualquer Bloco que contenha a formação geológica (demarcada de acordo com os respectivos dados sísmicos), ou qualquer parte da mesma, em que a Descoberta esteja localizada. Na ausência de dados sísmicos adequados, e até que esses dados se encontrem disponíveis, a Área de Descoberta será interpretada como significando o Bloco em que está localizado o poço da Descoberta e os Blocos imediatamente circundantes desse Bloco.

"Cabeça do Poço" (*Wellhead*) significa a flange de entrada da primeira válvula após o tubo central de escoamento de produção da cabeça do poço.

"Data Efectiva" (*Effective Date*) significa o primeiro dia do mês seguinte à data em que o presente Contrato tiver sido assinado pelo Governo e pela Concessionária, e em que o visto do Tribunal Administrativo tiver sido obtido.

"Despesa Imputável" (*Attributable Expenditure*) significa uma despesa incorrida pela Concessionária em Operações de Pesquisa, mas excluindo qualquer despesa incorrida pela Concessionária na realização de qualquer Programa de Avaliação ou na perfuração de qualquer Poço de Avaliação.

"Empresa Afiliada" (*Affiliated Company*) significa, relativamente a qualquer Pessoa que constitui a Concessionária, toda a empresa-mãe que, directa ou indirectamente, controle essa Pessoa, ou qualquer empresa que seja directamente controlada por essa Pessoa, ou qualquer empresa que, directa ou indirectamente, seja controlada por essa empresa-mãe.

Para efeitos da definição anterior considera-se que:

- a) uma empresa é directamente controlada por outra empresa ou empresas quando estas detenham acções ou outras participações no capital social daquela que representem, no seu conjunto, mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto nas assembleias gerais; e
- b) uma determinada empresa é indirectamente controlada por uma empresa ou empresas ("empresa ou empresas-mãe") quando seja possível identificar uma série de empresas, partindo da empresa ou empresas-mãe e terminando com essa empresa determinada, relacionadas de tal forma que cada uma das empresas da série, à excepção da empresa ou empresas-mãe, é directamente controlada por uma ou mais das empresas que a precedem na série.

"Fundo de Desmobilização" (*Decommissioning Fund*) significa o fundo criado para cobrir os custos das operações de desmobilização.

"Imposto sobre a Produção do Petróleo" (*Petroleum Production Tax*) significa o Imposto sobre a Produção do Petróleo conforme definido na legislação aplicável.

"Interesse Participativo" (*Participating Interest*) significa a participação expressa em termos percentuais, conforme melhor descrito no artigo 3.2, de cada Pessoa que constitui a Concessionária nos direitos, privilégios, deveres e obrigações emergentes deste Contrato.

"Interesse Participativo do Estado" (*State Participating Interest*) Significa a porção do Interesse Participativo pertencente a uma entidade que detêm tal porção em nome do Governo.

"MIREM" significa o Ministério dos Recursos Minerais ou qualquer outra pessoa ou entidade nomeada para, em representação do Governo, administrar e regular

as Operações Petrolíferas ao abrigo deste Contrato, cuja identidade tenha sido notificada por escrito à Concessionária.

"Operações de Pesquisa" (*Exploration Operations*) significa as operações realizadas no âmbito do presente Contrato para a Pesquisa de Petróleo na Área do Contrato ou relacionadas com essa Pesquisa, incluindo as operações conduzidas para levar a cabo um Programa de Avaliação ou para perfurar um Poço de Avaliação.

"Operações Petrolíferas Exclusivas" (*Exclusive Petroleum Operations*) significa as Operações Petrolíferas desenvolvidas de acordo com a lei aplicável e este Contrato que sejam conduzidas por conta, em benefício e sob responsabilidade de apenas parte das Pessoas que constituem a Concessionária nos termos deste Contrato.

"Período de Apreciação" (*Evaluation Period*) significa o período, na sequência da notificação da Concessionária de que realizou uma Descoberta, durante o qual a Concessionária terá que informar o MIREM sobre se essa Descoberta é de potencial interesse comercial.

"Período de Avaliação Comercial" (*Commercial Assessment Period*) aplica-se a uma Área de Descoberta e significa o período iniciado no momento em que o relatório de avaliação referente ao Programa de Avaliação relativo à Descoberta de Gás Natural Não-Associado tenha sido apresentado pela Concessionária.

"Período de Pesquisa" (*Exploration Period*) significa qualquer período de Pesquisa relevante previsto neste Contrato.

"Pessoa" (*Person*) significa qualquer pessoa singular ou sociedade, associação, "partnership", "joint venture" ou entidade que seja considerada uma pessoa jurídica distinta nos termos da lei moçambicana ou da lei do país de acordo com a qual se rege essa sociedade, associação, "partnership", "joint venture" ou entidade.

"Pessoal Expatriado" (*Expatriate Personnel*) significa qualquer trabalhador de qualquer Pessoa que constitui a Concessionária, de uma Empresa Afiliada de qualquer dessas Pessoas ou de qualquer Subcontratado, que não seja cidadão

da República de Moçambique e cujo contrato de trabalho preveja o pagamento ou o reembolso do custo das suas viagens para e a partir da República de Moçambique.

"Petróleo de Custo" (*Cost Petroleum*) significa a parcela de Petróleo Produzido à disposição da Concessionária para recuperação dos custos e despesas incorridos com a realização das Operações Petrolíferas, conforme estabelecido no Contrato.

"Petróleo-Lucro" (*Profit Petroleum*) significa a parcela de Petróleo Disponível, que exceda o Petróleo de Custo, que é atribuída às Partes nos termos do Contrato.

"Petróleo Produzido" (*Petroleum Produced*) significa o Petróleo que tenha sido extraído de um jazigo, inicialmente separado e processado em Petróleo Bruto, condensado ou Gás Natural e entregue no Ponto de Entrega em adequado estado para subsequente transporte a granel ou através de oleoduto / gasoduto. A mesma definição será aplicável a "Petróleo Bruto Produzido", "Condensado Produzido" e "Gás Natural Produzido", consoante o caso.

"Poço de Pesquisa" (*Exploration Well*) significa qualquer poço cujo fim, à data de início da perfuração, seja a pesquisa de uma acumulação de Petróleo, acumulação essa até então por provar através de perfuração.

"Ponto de Entrega" (*Delivery Point*) significa, no caso do Gás Natural, a flange de entrada do gasoduto de transporte e, no caso do Petróleo Bruto, a flange de entrada do navio-tanque de levantamento ou, em ambos os casos, um qualquer outro local que venha a ser acordado pelo MIREM e a Concessionária.

"Produção Comercial" (*Commercial Production*) significa a produção de Petróleo e a entrega do mesmo no Ponto de Entrega, ao abrigo de um programa de produção e venda, conforme estabelecido num Plano de Desenvolvimento e suas eventuais alterações.

"Subcontratado" (*Subcontractor*) significa qualquer Pessoa cujos serviços sejam contratados pela Concessionária para executar uma qualquer parte das Operações Petrolíferas.

Artigo 3

Direitos Contratuais e sua Duração

- 3.1 O presente Contrato:
- a) consubstancia uma concessão atribuída nos termos da Lei dos Petróleos (Lei n.º 3/2001, de 21 de Fevereiro), autorizando o exercício de certas actividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Petróleo numa Área aqui definida;
 - b) confere à Concessionária, sujeito à legislação aplicável e nos termos e condições estabelecidos no presente Contrato, o direito exclusivo de realizar Operações Petrolíferas com vista à produção de Petróleo a partir de recursos originários de um ou mais Depósitos de Petróleo no subsolo dentro dos limites da Área do Contrato;
 - c) confere, sujeito à legislação aplicável, o direito não exclusivo de construir e operar um Sistema de Oleoduto ou Gasoduto para efeitos de transporte do Petróleo Produzido a partir de Depósitos de Petróleo nos termos do Contrato, salvo se houver disponibilidade de acesso a um Sistema de Oleoduto ou Gasoduto já existente em termos e condições comerciais razoáveis.
- 3.2 a) Antes da verificação da respectiva Data Efectiva, este Contrato terá que ser aprovado pelo Conselho de Ministros, os acordos a ele pertencentes terão que ser assinados pela Concessionária, e terá de ser obtido o visto do Tribunal Administrativo.
- b) Na Data Efectiva, os Interesses Participativos da SASOL e da ENH são, respectivamente, de 90% (noventa por cento) e 10% (dez por cento).
- 3.3 Os direitos e obrigações da Concessionária terão início na Data Efectiva e subsistirão:
- a) durante o Período de Pesquisa; e

- b) sem prejuízo dos termos e condições aqui em seguida previstos, durante o Período de Desenvolvimento e Produção;

contudo, as obrigações da Concessionária que se tenham constituído ao abrigo do presente Contrato antes do termo de qualquer Período de Pesquisa relevante ou de um Período de Desenvolvimento e Produção aplicável, não obstante o presente Contrato ter cessado de acordo com a lei aplicável ou com os respectivos termos e condições, continuarão a vincular a Concessionária pelo período previsto na lei aplicável e, para efeitos de qualquer reclamação a este respeito, o disposto no artigo 30 permanecerá aplicável.

- 3.4 O Período de Pesquisa inicial começará na Data Efectiva. A menos que este Contrato cesse mais cedo de acordo com os seus termos, prosseguirá por um período de 36 (trinta e seis) meses.
- 3.5 Caso a Concessionária deseje prorrogar o Período de Pesquisa, deverá fazê-lo por meio de notificação dirigida ao MIREM para esse efeito. A referida notificação tem de ser apresentada pelo menos 30 (trinta) dias antes da data de caducidade do Período de Pesquisa inicial ou da data em que qualquer Período de Pesquisa subsequente vier de outra forma a caducar. Desde que a Concessionária tenha cumprido ou se considere que tenha cumprido as suas obrigações nos termos do Período de Pesquisa inicial, a Concessionária terá direito:
- a) no final do primeiro Período de Pesquisa, a um segundo Período de Pesquisa de 24 (vinte e quatro) meses;
 - b) no final do segundo Período de Pesquisa, a um terceiro Período de Pesquisa de 36 (trinta e seis) meses; e
 - c) aos direitos previstos no artigo 3.6; e
 - d) aos períodos adicionais que venham a ser necessários para efeitos da aplicação do artigo 25.4 relativo a força maior.
- 3.6 A prorrogação será concedida nas seguintes situações:

- a) Quando a Concessionária, nos termos do artigo 6, tenha notificado o MIREM da realização de uma Descoberta, o Período de Pesquisa não se extinguirá, relativamente à Área de Descoberta a que a Descoberta se refere, antes do final do Período de Avaliação.
- b) Quando a Concessionária, antes do termo do Período de Avaliação, tenha notificado o MIREM, nos termos do artigo 6, de que uma Descoberta é de potencial interesse comercial, o Período de Pesquisa não se extinguirá, relativamente à Área de Descoberta a que a Descoberta se refere, antes da aprovação do Plano de Desenvolvimento.
- c) Quando, nos termos do artigo 17.3, se tenha iniciado um Período de Avaliação Comercial referente a uma Descoberta de Gás Natural, o Período de Pesquisa não se extinguirá, relativamente à Área de Descoberta a que aquela Descoberta se refere, enquanto perdurar o referido Período de Avaliação Comercial.
- d) Nos casos em que o programa de trabalhos da Concessionária tenha sido atrasado, por razões fora do seu controlo razoável, devido a incapacidade de assegurar equipamento adequado necessário para a condução de Operações Petrolíferas (incluindo mas não se limitando a, barcos de perfuração, barcas de perfuração e barcos de sísmica), a Concessionária deve informar o MIREM e, nos casos em que seja necessário para a Concessionária completar os trabalhos de Pesquisa obrigatórios submeter um pedido de extensão devidamente fundamentado do período de extensão necessário para completar os referidos trabalhos de pesquisa. A entidade competente deverá sem atrasos infundados considerar e responder a tal pedido se, e em caso de recusa, apresentar os fundamentos de tal recusa de extensão.
- 3.7 Quando, antes do termo do último Período de Pesquisa, a Concessionária não tenha notificado ao MIREM uma Declaração de Comercialidade, os seus direitos e obrigações na Área do Contrato ou ao abrigo deste Contrato cessarão no final desse período, salvo conforme estiver expressamente estipulado neste Contrato.
- 3.8 Quando, durante o Período de Pesquisa relevante, a Concessionária tenha notificado ao MIREM uma Declaração de Comercialidade, os seus direitos e

obrigações ao abrigo deste Contrato subsistirão, relativamente à Área de Desenvolvimento e Produção a que a referida notificação respeitar, para além do termo do Período de Pesquisa e enquanto durar o Período de Desenvolvimento e Produção para essa Área de Desenvolvimento e Produção.

- 3.9 Um "Período de Desenvolvimento e Produção" terá início, relativamente a cada Área de Desenvolvimento e Produção, na data em que seja aprovado o Plano de Desenvolvimento para essa Área de Desenvolvimento e Produção nos termos da lei aplicável, e a Concessionária tenha sido notificada para esse efeito, período esse que, a menos que o presente Contrato cesse antes de acordo com os seus termos ou da lei aplicável, no que respeita à Área de Desenvolvimento e Produção a que essa notificação se refere, subsistirá por um Período de Desenvolvimento e Produção de 30 (trinta) anos, e pelos períodos adicionais que venham a ser necessários para efeitos da aplicação do artigo 25.4.

Artigo 4

Obrigações de Trabalho durante o Período de Pesquisa

4.1 A Concessionária, no cumprimento das suas obrigações de realização das Operações de Pesquisa, deverá executar o trabalho estipulado neste Contrato, salvo se de outra forma estabelecido, ou pagar ao Governo quantias não inferiores às fixadas neste artigo. Quando a Concessionária for constituída por mais do que uma Pessoa, as obrigações de trabalho de Pesquisa previstas neste artigo serão executadas colectivamente pela Concessionária.

4.2 Durante o primeiro Período de Pesquisa de 36 (trinta e seis) meses, a Concessionária conduzirá o seguinte programa de trabalhos de Pesquisa:

a) Adquirir dados aerogravimetricos na Área do Contrato;

b) Adquirir 1000 Km (mil quilometros) de dados sísmicos bidimensionais (2D) ;

Na eventualidade de incumprimento de qualquer parte das obrigações de trabalho de Pesquisa definidas neste Artigo 4.2, e salvo no caso das excepções previstas neste Artigo e da maneira descrita neste artigo, o montante máximo de qualquer garantia a ser providenciada ou o montante máximo a ser pago pela Concessionária ao Governo (doravante designado por "Despesas Mínimas") para este período será de USD 10.300.000 (dez milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

4.3 Durante o subsequente segundo Período de Pesquisa de 24 (vinte e quatro) meses, a Concessionária conduzirá o seguinte programa de trabalhos de pesquisa:

a) Perfurar 1 (um) Poço cuja profundidade se estenda até a formação Grudja 10 (G10) ou a mil trezentos e cinquenta metros de profundidade (1 350 m) ou o que for de menor profundidade.

Na eventualidade de incumprimento de qualquer parte da obrigação de trabalho de Pesquisa definida neste Artigo 4.3 e nos termos aqui descritos, e salvo no caso das excepções previstas neste Artigo, o montante máximo de qualquer garantia a ser providenciada ou o montante máximo a ser pago pela

Concessionária para o Governo, como Despesas Mínimas, para este período de extensão será de USD 5.000.000 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

- 4.4 Durante o subsequente terceiro Período de Pesquisa de 36 (trinta e seis) meses, a Concessionária conduzirá o seguinte programa de trabalhos de pesquisa

a) Adquirir 1000 Km (mil quilómetros) de dados sísmicos bidimensionais (2D).

Na eventualidade de incumprimento de qualquer parte da obrigação de trabalho de Pesquisa definida neste Artigo 4.4 e nos termos aqui descritos, e salvo no caso das excepções previstas neste Artigo, o montante máximo de qualquer garantia a ser providenciada ou o montante máximo a ser pago pela Concessionária para o Governo, como Despesas Mínimas, para este período de extensão será de USD 10.000.000 (dez milhões de Dólares dos Estados Unidos da América).

- 4.5 Se o poço que faça parte do programa de trabalhos de Pesquisa previsto no artigo 4.3 for abandonado por qualquer motivo para além dos especificados no artigo 4.6 infra antes de se atingirem os objectivos definidos para esse poço, a Concessionária perfurará um poço substituto. Nesse caso, o Período de Pesquisa em causa será prorrogado por um período de tempo razoável, com o qual o MIREM concorde, para permitir a perfuração e avaliação do poço substituto.

- 4.6 Salvo se de outro modo for aprovado pelo MIREM, qualquer poço que faça parte do programa de trabalhos de Pesquisa previsto nos artigos 4.3 será perfurado até à profundidade definida nesse artigo, a menos que, antes de atingir tal profundidade:

- a) a continuação da perfuração represente um perigo óbvio, na opinião razoável da Concessionária, devido, designadamente mas sem a isso se limitar, à existência de pressão anormal ou perdas excessivas de lama de perfuração;
- b) sejam encontradas formações impenetráveis;

- c) sejam encontradas formações contendo Petróleo que necessitem de protecção, impedindo por isso que as profundidades programadas sejam alcançadas; ou
 - d) o MIREM acorde em pôr termo às operações de perfuração.
- 4.7 Em circunstâncias em que à Concessionária é permitido perfurar qualquer poço nos termos do artigo 4.6 a uma profundidade inferior a indicada no artigo 4.3, considerar-se-á que a Concessionária cumpriu todas as suas obrigações no que respeita ao poço em causa.
- 4.8 Durante a perfuração de Poços de Pesquisa nos termos do presente Contrato, a Concessionária, nos termos da legislação aplicável, manterá o MIREM informado do progresso de cada poço, e deverá:
- a) tão cedo quanto razoavelmente possível, dar a conhecer ao MIREM as suas propostas para testes;
 - b) testar horizontes potencialmente produtivos em termos comerciais na opinião da Concessionária após consulta ao MIREM, dentro da Área do Contrato indicados através de diagrfias de cabos de aço ("wireline logging") ou por outros meios de avaliação de formações; e
 - c) proceder prontamente a uma avaliação técnica dos resultados dos referidos testes e de todos os outros dados de subsolo relevantes, e apresentá-la ao MIREM assim que estiver concluída.
- 4.9 As obrigações de Despesas Mínimas estabelecidas nos artigos 4.2, 4.3 e 4.4 não serão satisfeitas, em relação a qualquer período, a não ser que o total de Despesas Imputáveis para esse período seja igual ou exceda o montante das Despesas Mínimas para o mesmo período; contanto que, se no final de qualquer Período de Pesquisa o programa de trabalhos para esse período tiver sido concluído de forma que razoavelmente satisfaça o MIREM, as despesas incorridas pela Concessionária durante esse período serão consideradas como tendo igualado ou excedido as Despesas Mínimas para esse período especificadas nos Artigos 4.2, 4.3 e 4.4.

4.10 a) Garantia das Despesas Mínimas

Sem prejuízo da responsabilidade solidária das Pessoas que constituem a Concessionária, cada Pessoa que constitui a Concessionária deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a Data Efectiva e, no caso de prorrogação do presente Contrato nos termos do artigo 3.5, no primeiro dia de cada período de prorrogação, prestar uma garantia bancária incondicional e irrevogável de forma substancialmente idêntica ao modelo constante do Anexo "D", relativa à sua porção do Interesse Participativo bem como da porção correspondente ao Financiamento das Despesas Mínimas para o primeiro Período de Pesquisa ou, conforme o caso, as obrigações de Despesas Mínimas para o segundo ou terceiro Período de Pesquisa, conforme possam ter sido reduzidas nos termos do artigo 4.11. Para efeitos desta alínea a) do artigo 4.10, quando uma Concessionária se obrigou a financiar pagamentos relativos a Despesas Mínimas que, de outra forma, seriam devidos por outra Pessoa que constitui a Concessionária, considerar-se-á que a parte das Despesas Mínimas da Pessoa que constitui a Concessionária que assim se obrigou inclui a parte de Despesas Mínimas pela qual a outra Pessoa que constitui a Concessionária seria responsável se tal obrigação não tivesse sido assumida.

4.10 b) Garantia da Empresa-Mãe

Sem prejuízo da responsabilidade solidária das Pessoas que constituem a Concessionária, a Concessionária deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação do primeiro Plano de Desenvolvimento, fornecer uma garantia incondicional e irrevogável da empresa-mãe prestada por uma entidade aceitável para o MIREM, com conteúdo substancialmente idêntico ao modelo constante do Anexo "E", relativa a todas as suas obrigações nos termos deste Contrato que estejam fora do âmbito da garantia das Despesas Mínimas.

- 4.11 O montante de qualquer garantia bancária prestada nos termos do artigo 4.10 a) será reduzido pela Concessionária no final de cada trimestre civil no cumprimento das suas obrigações nos termos dos artigos 4.2, 4.3 e 4.4 conforme descrito a seguir:

- (i) Durante o primeiro Período de Pesquisa:

- Trezentos mil dólares norte-americanos (US\$ 300.000) no cumprimento do disposto no artigo 4.2 (a);
- Dez milhões de dólares norte-americanos (US\$ 10.000.000) no cumprimento do disposto no artigo 4.2 (b);

(ii) Durante o segundo Período de Pesquisa:

- Cinco milhões de dólares norte-americanos (US\$ 5.000.000) no cumprimento do disposto no artigo 4.3 (a);

(iii) Durante o terceiro Período de Pesquisa:

- Dez milhões de dólares norte-americanos (US\$ 10.000.000) no cumprimento do disposto no artigo 4.4 (a);

4.12 Se, no termo do primeiro Período de Pesquisa ou de qualquer Período de Pesquisa subsequente, as Despesas Imputáveis incorridas pela Concessionária nesse período não igualarem ou excederem, nos termos dos artigos 4.2, 4.3 e 4.4., ou se considerarem como tendo igualado ou excedido as Despesas Mínimas para o mesmo período, o MIREM notificará a Concessionária e, a não ser que o montante total do remanescente não despendido seja pago pela Concessionária no prazo de 30 (trinta) dias após tal notificação, terá o direito de accionar a referida garantia para pagamento, ao abrigo da mesma, do montante total remanescente ao MIREM.

4.13 No caso de o número de Poços de Pesquisa perfurados pela Concessionária e/ou e a quantidade de dados sísmicos adquiridos durante qualquer Período de Pesquisa exceder o número de poços e/ou de dados sísmicos previstos no programa de trabalhos para esse período, conforme estabelecido nos artigos 4.2, 4.3 e 4.4, o número de Poços de Pesquisa adicionais perfurados e/ou dados sísmicos adquiridos pela Concessionária durante tal Período de Pesquisa poderá ser transportado e considerado como trabalho empreendido pela Concessionária em cumprimento das suas obrigações de perfuração de Poços de Pesquisa e/ou adquirir dados sísmicos durante o período seguinte; desde que, contudo, se em virtude do disposto neste artigo, as obrigações de trabalho da Concessionária para qualquer período, conforme especificado nos artigos 4.2, 4.3 e 4.4, tiverem

sido por ela integralmente cumpridas antes desse período começar, a Concessionária, após consulta com o MIREM, adoptará um programa de trabalhos para esse período de forma a assegurar a continuidade das Operações Petrolíferas na Área do Contrato, ou em relação com esta, durante esse período.

- 4.14 Para além do previsto nesses artigos, nada nos artigos 4.12 ou 4.13 será lido ou interpretado no sentido de extinguir, adiar ou alterar qualquer obrigação da Concessionária de realizar levantamentos sísmicos ou de perfurar Poços de Pesquisa nos termos deste Artigo.
- 4.15 Nem os Poços de Avaliação nem os levantamentos sísmicos realizados nos termos de um Programa de Avaliação elaborado nos termos do artigo 6.2, nem as despesas incorridas pela Concessionária durante a realização desse Programa de Avaliação, serão considerados como constituindo cumprimento, integral ou parcial, das obrigações de Despesas Mínimas estabelecidas nos artigos 4.2, 4.3 e 4.4.
- 4.16 No prazo de 60 (sessenta) dias a contar da Data Efectiva e, daí em diante, enquanto decorra um Período de Pesquisa, a Concessionária, com uma antecedência não inferior a 90 (noventa) dias em relação ao final de cada ano civil, ou noutros prazos que venham a ser aprovados previamente pelo MIREM, elaborará com razoável pormenor e apresentará ao MIREM um programa e um orçamento de trabalhos de Pesquisa para a restante parte do ano civil ou para o ano civil seguinte, e uma proposta de estrutura organizativa da Concessionária para a realização de Operações de Pesquisa na Área do Contrato.
- 4.17 Os referidos programa de orçamento e de trabalhos de Pesquisa elaborados pela Concessionária serão consistentes com as obrigações nos termos deste Contrato e estabelecerão as Operações de Pesquisa que a Concessionária se propõe executar durante a restante parte do ano civil ou, no caso de programas e orçamentos para anos subsequentes, durante o ano civil seguinte. A Concessionária considerará quaisquer recomendações apresentadas pelo MIREM relacionadas com o programa e o orçamento e, após efectuar as alterações aos mesmos que a Concessionária entenda adequadas, apresentará o programa e o orçamento de trabalhos de pesquisa ao MIREM para fins informativos.

4.18 A Concessionária pode, em qualquer momento, alterar o programa e o orçamento de trabalhos de Pesquisa apresentados nos termos do artigo 4.16 e 4.17, contanto que o programa e o orçamento de trabalhos de Pesquisa alterados sejam:

- a) elaborados com razoável pormenor e apresentados ao MIREM, cujas recomendações relativas aos mesmos deverão ser consideradas pela Concessionária; e
- b) consistentes com as obrigações da Concessionária nos termos deste artigo; e
- c) apresentados ao MIREM para fins informativos, após a Concessionária ter procedido às alterações que tenha considerado apropriadas após ter tido em consideração quaisquer recomendações formuladas pelo MIREM.

todos os actos praticados ou a praticar pelo Operador no exercício das suas funções.

- 5.3 Sasol será o Operador. Nenhuma mudança de Operador produzirá efeitos a não ser que tenha sido aprovada por escrito pelo MIREM.
- 5.4 Durante a vigência do presente Contrato, a Concessionária, ou quando esta for constituída por mais do que uma Pessoa, o Operador, deverá assegurar que possui um director geral ou outro representante nomeado, o qual residirá na República de Moçambique ou em outro país, conforme o que for mutuamente acordado entre todas as Partes. A Concessionária ou, conforme o caso, o Operador, nomeará o director geral ou outro representante, devendo notificar o MIREM da identidade da pessoa nomeada no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a Data Efectiva. Se, por qualquer razão, a pessoa nomeada deixar de ser director geral, a Concessionária ou, conforme o caso, o Operador, deverá, o mais cedo que lhe for possível, nomear um substituto aceitável para o MIREM e notificar o MIREM da identidade do substituto.

Artigo 6

Descoberta Comercial e Desenvolvimento

- 6.1. Quando, no decurso das Operações Petrolíferas, for realizada uma Descoberta de Petróleo na Área do Contrato, a Concessionária notificará o MIREM, o mais cedo que lhe for razoavelmente possível, se em sua opinião a referida Descoberta tem ou não potencial interesse comercial.
- 6.2. No caso de uma Descoberta de potencial interesse comercial, a Concessionária elaborará prontamente um Programa de Avaliação e, após consulta ao MIREM, iniciará a implementação desse Programa de Avaliação, devendo submeter um relatório das actividades de avaliação ao MIREM no prazo de 3 (três) meses a contar da data da conclusão do referido Programa de Avaliação.
- 6.3. A Concessionária submeterá à consideração e aprovação do Governo um Plano de Desenvolvimento relativo a uma proposta de Área de Desenvolvimento e Produção para a Descoberta, por forma a incluir numa única área, na medida em que os limites da Área do Contrato o permitam, toda a área do Jazigo ou Jazigos Petrolíferos relativamente ao qual haja sido feita uma Declaração de Comercialidade. O MIREM deverá considerar sem atrasos infundados o Plano de Desenvolvimento proposto submetido pela Concessionária. Se o MIREM não for capaz de completar as consultas com as autoridades relevantes dentro de doze (12) meses contados a partir da recepção da proposta de Plano de Desenvolvimento submetido pela Concessionária para aprovação, o MIREM notificará a Concessionária e deverá, se possível, indicar quando se espera que o processo de consulta seja concluído.
- 6.4. Se a Produção Comercial de uma Descoberta não tiver começado no prazo de 4 (quatro) anos para Petróleo Bruto e 8 (oito) para Gás Natural não Associado, ou noutro prazo mais longo especificado num Plano de Desenvolvimento aprovado, a contar da data em que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado, os direitos e obrigações da Concessionária sobre a Área de Desenvolvimento e Produção a que a Descoberta se refere extinguir-se-ão, como se a referida área tivesse sido objecto de renúncia nos termos do artigo 29. O referido prazo poderá ser prorrogado:

- a) nos casos em que a Concessionária tenha iniciado imediatamente a implementação do Plano de Desenvolvimento após a respectiva aprovação e tenha continuado a implementar o Plano de Desenvolvimento de forma diligente, mas no termo do(s) prazo(s) especificados no artigo 6.4 acima, ou de um prazo mais longo especificado no Plano de Desenvolvimento aprovado, não tenha ainda iniciado a Produção Comercial; ou
- b) pelo período de tempo em que o início da Produção Comercial tenha sido retardado por falta de alguma aprovação ou autorização necessária, a obter do Governo ou de qualquer organismo estatal, depois de iniciada a implementação do Plano de Desenvolvimento e antes do início da Produção Comercial, desde que tal início tardio não seja imputável a actos ou omissões que se enquadrem, segundo critérios de razoabilidade, no controlo da Concessionária; ou
- c) por qualquer período que seja necessário para efeitos da aplicação do artigo 25.4.

Artigo 7
Abandono de Áreas

7.1 Nos casos em que, mediante solicitação da Concessionária nos termos da alínea a) do artigo 3.5, o Período de Pesquisa for prorrogado no final do Período de Pesquisa inicial, a Concessionária renunciará aos seus direitos:

- a) No início do segundo Período de Pesquisa de 24 (vinte e quatro) meses, relativamente a uma parte da Área do Contrato, de forma a que a área retida, com exclusão da já compreendida numa Área de Desenvolvimento e Produção ou numa Área de Descoberta, não exceda 80% (oitenta por cento) da Área do Contrato na Data Efectiva;
- b) no início do terceiro Período de Pesquisa de 36 (trinta e seis) meses, relativamente a uma parte da Área do Contrato, de forma a que a área retida, com exclusão da já compreendida numa Área de Desenvolvimento e Produção ou numa Área de Descoberta, não exceda 60% (sessenta por cento) da Área do Contrato na Data Efectiva, conforme reduzida nos termos da alínea a) acima;
- c) no final do terceiro Período de Pesquisa relativamente à parte restante da Área do Contrato, exceptuando as Áreas de Desenvolvimento e Produção ou qualquer área relativamente à qual o Período de Pesquisa haja sido novamente prorrogado nos termos das alíneas c) e d) do artigo 3.5.

7.2 Para efeitos deste artigo, uma Área de Descoberta não incluirá nenhuma área referente a uma Descoberta relativamente à qual:

- a) a Concessionária haja notificado o MIREM de que a Descoberta não é considerada como sendo de potencial interesse comercial, não é comercial, ou tenha deixado de ser considerada como comercial.
- b) haja sido previamente delimitada uma Área de Desenvolvimento e Produção.

Artigo 8

Registos e Relatórios

- 8.1 Durante a vigência deste Contrato, a Concessionária deverá elaborar e manter registos fidedignos e actualizados das suas operações na Área do Contrato. A Concessionária deverá igualmente fornecer ao MIREM, quando este razoavelmente o exigir, informações, dados e relatórios disponíveis relativos às Operações Petrolíferas, bem como avaliações e interpretações relativas às Operações Petrolíferas.
- 8.2 Serão apresentados ao MIREM diagrfias de poços, mapas, bandas magnéticas, amostras de testemunhos e de detritos de perfuração e outras informações de natureza geológica e geofísica obtidas pela Concessionária no decurso da execução das Operações Petrolíferas, os quais, salvo conforme disposto no artigo 8.3 ou autorizado ao abrigo do artigo 23, não poderão ser publicados, reproduzidos ou de outra forma tratados sem o consentimento do MIREM.
- 8.3 A Concessionária poderá reter, para seu próprio uso, cópias do material que constitua Documentação, com a aprovação do MIREM, e reter material original que constitua Documentação; contanto que tenham sido fornecidas ao MIREM amostras equivalentes, em dimensão e qualidade, ou cópias, quando se trate de material susceptível de reprodução. A Concessionária poderá exportar livremente amostras ou outros materiais originais que constituam Documentação para processamento, ou para exames ou análises laboratoriais; contanto que tenham sido previamente entregues ao MIREM amostras equivalentes, em dimensão e qualidade, ou cópias de qualidade equivalente quando se trate de material susceptível de reprodução.
- 8.4 A Concessionária deverá manter o MIREM permanentemente informado sobre todos os desenvolvimentos mais relevantes ocorridos no decurso das Operações Petrolíferas e, sem prejuízo do princípio geral acima exposto, a Concessionária deverá:
- a) elaborar e apresentar ao MIREM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do final de cada trimestre civil, um relatório sobre o progresso dos trabalhos contendo uma descrição narrativa das actividades desenvolvidas no

âmbito do presente Contrato durante esse trimestre, acompanhado de diagramas e mapas representando os locais onde os trabalhos descritos tiverem sido realizados; e

- b) elaborar e apresentar ao MIREM, no prazo de 4 (quatro) meses a contar do final de cada ano civil, um relatório anual sintetizando e, onde for necessário, revendo e desenvolvendo os relatórios trimestrais sobre o progresso dos trabalhos apresentados com referência a esse ano civil.



Artigo 9
Recuperação de Custos e Direito à Produção

- 9.1 A Concessionária suportará e pagará todos os custos em que incorra na execução das Operações Petrolíferas em que a Concessionária participe, recuperando esses custos, na medida do permitido pelo disposto neste Contrato incluindo o Anexo "C" deste Contrato (doravante "Custos Recuperáveis"), e será remunerada exclusivamente pela atribuição à Concessionária da titularidade sobre quantidades de Petróleo nos termos previstos no presente Contrato.
- 9.2 As disposições relativas à recuperação de custos e ao direito a lucro constantes deste Artigo serão aplicáveis ao Petróleo de modo a que o Governo e a Concessionária tenham direito, em quotas participativas indivisas, ao Petróleo disponível para venda pela Concessionária em qualquer período determinado. A menos que o Governo determine de outro modo, a venda desse Petróleo deverá ser efectuada numa base conjunta pela Concessionária e esta deterá esses direitos em proporções indivisas iguais às proporções de Petróleo Disponível a que cada Parte tinha direito durante esse período. Tais determinações do Governo não deverão afectar os volumes de Petróleo sujeitos a contrato. Em conformidade, as receitas da venda de Petróleo, efectuada de forma conjunta em qualquer período determinado, serão divididas entre o Governo e a Concessionária nas proporções do seu direito indiviso ao Petróleo vendido.
- 9.3 Da quantidade total de Petróleo Produzido, a Concessionária poderá retirar uma parte da mesma necessária para satisfazer a sua obrigação de pagamento do Imposto sobre a Produção do Petróleo. O saldo de Petróleo remanescente após a referida parcela ter sido retirada é doravante designado por "Petróleo Disponível".
- 9.4
- a) Para efeitos de cálculo do Factor-R, o Petróleo Disponível e o Petróleo de Custo devem ser calculados tendo em conta toda a Área do Contrato.
 - b) Na medida em que a lei aplicável e este Contrato o permitam, todos os custos incorridos pela Concessionária relativamente às Operações Petrolíferas serão recuperados a partir do Petróleo Disponível, conforme disponível no Ponto de Entrega.

c) Adicionalmente e no caso de o Governo e/ou a Concessionária optarem por receber o Petróleo Lucro em espécie, a Concessionária deverá, para efeitos contabilísticos e de elaboração de relatórios, registar separadamente o Petróleo de Custo:

- i) relativamente a cada Área de Desenvolvimento e Produção, e
- ii) sob a forma líquida e gasosa, e proporcionalmente aos volumes de Petróleo Produzido.

O Condensado será tomado sob a forma líquida ou gasosa, consoante as suas características no Ponto de Entrega.

9.5 Em cada ano civil, a totalidade dos Custos Recuperáveis incorridos pela Concessionária relativamente às Operações Petrolíferas na Área do Contrato, limitar-se-á a 50% (cinquenta por cento) do Petróleo Disponível.

9.6 O Petróleo de Custo para qualquer trimestre, calculado da forma acima enunciada, será aumentado:

- a) pelo montante de quaisquer contribuições feitas pela Concessionária para o Fundo de Desmobilização durante o trimestre em causa; e
- b) pelos custos incorridos pela Concessionária durante tal trimestre para implementar um Plano de Desmobilização aprovado, elaborado nos termos da legislação aplicável e do disposto no artigo 15, salvo na medida em que esses custos tenham sido financiados através de levantamentos do Fundo de Desmobilização; e
- c) desde que em caso algum o Petróleo de Custo exceda o Petróleo Disponível.

9.7 Os custos, na medida do permitido pelo disposto no Anexo "C" deste Contrato, e sem prejuízo do disposto no artigo 9.8, serão recuperados a partir do Petróleo de Custo:

- a) relativamente ao montante das Despesas de Investimento em Desenvolvimento e Produção estipulado no Anexo "C" deste Contrato

incorridas em cada ano, pela recuperação desse montante à taxa máxima de 25% (vinte e cinco por cento) por ano, numa base de amortização de quotas constantes, com início no ano em que esse montante seja incorrido ou no ano em que se inicie a Produção Comercial, consoante o ano mais tardio;

- b) relativamente aos custos imputáveis à Pesquisa, conforme se estipula no Anexo "C" deste Contrato (doravante designados por "Custos de Pesquisa"), pela recuperação do montante total no ano em que estes sejam incorridos ou no ano em que se inicie a Produção Comercial, consoante o ano mais tardio; e
- c) relativamente aos custos operacionais imputáveis às Operações Petrolíferas, estipulados como Custos Operacionais no Anexo "C" deste Contrato (doravante designados por "Custos Operacionais") (incluindo quaisquer contribuições para o Fundo de Desmobilização nos termos da legislação aplicável e do disposto no Artigo 15, e incluindo quaisquer custos incorridos pela Concessionária para implementar um Plano de Desmobilização aprovado, elaborado nos termos do disposto na legislação aplicável, salvo na medida em que, em qualquer dos casos, tais custos tenham sido financiados através de levantamentos do Fundo de Desmobilização), pela recuperação do montante total no ano em que estes tenham sido incorridos.

9.8 Na medida em que os Custos Recuperáveis excedam, num qualquer ano, o valor do Petróleo de Custo disponível nesse mesmo ano, o excedente não recuperado será transportado para recuperação nos anos subsequentes.

9.9 A quantidade de Petróleo de Custo a que a Concessionária tem direito num qualquer ano será estabelecida com base no valor do Petróleo Produzido durante esse ano, determinado de acordo com o Artigo 10.

9.10 O "Petróleo-Lucro" será partilhado entre o Governo e a Concessionária de acordo com uma escala variável em função do valor do Factor-R, em que:

a) Factor R =
$$\frac{(\text{Entradas em Caixa Acumuladas})_n}{(\text{Despesas de Investimento Acumuladas})_n}$$

b) Entradas em Caixa Acumuladas $_n$ =



Entradas em Caixa Acumuladas $_{(n-1)}$
 + Quota-parte de Petróleo-Lucro da Concessionária $_{(n-1)}$
 + Petróleo de Custo da Concessionária $_n$
 - Custos Operacionais $_n$
 - Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas Liquidado $_n$

c) Despesas de Investimento Acumuladas $_n =$
 Despesas de Investimento Acumuladas $_{(n-1)}$
 + Custos de Pesquisa $_n$
 + Despesas de Investimento em Desenvolvimento e Produção $_n$

Onde:

n é o ano actual; e $(n-1)$ é o ano anterior;

Petróleo de Custo da Concessionária é o montante de Custos Recuperáveis efectivamente recuperado;

Imposto Sobre o Rendimento da Pessoas Colectivas liquidado é a obrigação de imposto sobre o rendimento da Concessionária calculada nos termos da legislação fiscal aplicável e do artigo 11.

Para efeitos de cálculo do Factor R, o primeiro ano ($n=1$) será o ano em que ocorrer a Data Efectiva. Quaisquer Despesas de Investimento incorridas antes da Data Efectiva não serão consideradas, para efeitos de cálculo do Factor R, como tendo sido incorridas durante o ano da Data Efectiva.

O Factor R será calculado no último dia de cada ano civil e o rácio aplicável determinará a partilha do Petróleo-Lucro durante todo o ano civil seguinte.

A escala para o Petróleo-Lucro é a seguinte:

Factor R	Quota-parte do Governo	Quota-parte da Concessionária
Superior a 0.0 e inferior a 1.0	20 %	80 %

Igual ou superior a 1.0 e inferior a 2.0	40 %	60 %
Igual ou superior a 2.0 e inferior a 3.0	60 %	40 %
Igual ou superior a 3.0	80 %	20 %

- 9.11 a) No caso de ocorrer uma violação da garantia a que se refere a artigo 11.6 ou, após a Data Efectiva, se verificar uma alteração legislativa na República de Moçambique do género referido no artigo 11 e, em consequência, as Partes se reunam para acordar as alterações a efectuar a este Contrato, então, durante o período compreendido entre a data do início da vigência da alteração legislativa e a data em que seja alcançado um acordo entre as Partes nos termos do disposto no artigo 11, a quota-parte de Petróleo-Lucro a que a Concessionária e o Governo teriam de outra forma direito será ajustada de forma a que as receitas líquidas provenientes das Operações Petrolíferas a receber pela Concessionária sejam iguais às que ela receberia se não tivesse ocorrido tal alteração legislativa.
- b) Quando as Partes tiverem chegado a acordo quanto às alterações a efectuar a este Contrato nos termos do artigo 11, este Contrato será considerado como alterado na medida do que for necessário para dar efeito àquele acordo de harmonia com os seus termos.
- 9.12 Os cálculos do Petróleo Custo e do Petróleo-Lucro da Concessionária serão efectuados para cada ano civil numa base cumulativa. Na medida em que as quantidades e despesas reais não sejam conhecidas, serão utilizadas estimativas provisórias baseadas no programa de trabalhos e orçamentos operacionais e de investimento aprovados. Até ao momento em que seja determinado o valor do Petróleo imputável a um ano, os cálculos basear-se-ão no valor desse Petróleo durante o ano precedente e, na ausência desse valor, no valor acordado entre o MIREM e a Concessionária. Far-se-ão ajustamentos durante o ano seguinte com base nos valores reais das quantidades de Petróleo, preços e despesas relativos a tal ano.
- 9.13 Qualquer Pessoa que constitua a Concessionária, à excepção da ENH ou um Cessionário Autorizado, deve pagar todos os custos devidamente incorridos de acordo com este Contrato relativamente ao Interesse Participativo do Estado (doravante designado por "Financiamento"), sujeito às seguintes condições:

- a) Caso um terceiro que não seja uma entidade detentora de um Interesse Participativo do Estado ou um Cessionário Autorizado adquira um Interesse Participativo no Contrato de qualquer pessoa constituindo a Concessionária, esse terceiro será obrigado a assumir uma parte proporcional do Financiamento.
- b) O Interesse Participativo do Estado integralmente ou parcialmente transferido para uma Cessionário não Autorizada, só se torna efectivo desde que todos os montantes devidos relativos ao interesse transferido e ainda não reembolsado a Concessionária e sujeito a Financiamento tenham sido pagos pela Cessionário não Autorizado à Concessionária proporcionalmente ao seu Interesse Participativo. A porção de qualquer Financiamento futuro a ser pago por cada Concessionária sujeito a Financiamento, será calculado de acordo com a nova composição da Concessionária sujeita a Financiamento.
- c) O Financiamento será limitado a todos os custos incorridos pela Concessionária no cumprimento das suas obrigações nos termos deste Contrato, até à data, inclusivé, em que tenha sido aprovado o primeiro Plano de Desenvolvimento.
- d) O Financiamento será utilizado exclusivamente para pagamento de custos devidamente incorridos nos termos deste Contrato referentes ao Interesse Participativo do Estado. Salvo no caso de transmissão a um Cessionário Autorizado, a ENH não poderá ceder, directa ou indirectamente, os benefícios resultantes do Financiamento. Qualquer transmissão de Interesse Participativo sujeito ao Financiamento carece do prévio consentimento, por escrito, do MIREM. A expressão "Cessionário Autorizado" significa, para efeitos deste artigo, o Governo ou uma Pessoa Moçambicana integralmente detida e controlada pelo Governo.
- e) A partir da data de início da Produção Comercial, a ENH e qualquer entidade indicada pelo Governo para gerir a quota-parte da Participação do Estado procederão ao reembolso integral do Financiamento, em dinheiro ou espécie, às Pessoas (à excepção da ENH ou uma Cessionário Autorizado) que constituem a Concessionária. Tal reembolso será calculado como, e efectuado a partir do, Petróleo de Custo da Pessoa que tenha beneficiado do

Financiamento. Todas as quantias resultantes do Financiamento devidas até à aprovação do primeiro Plano de Desenvolvimento vencem juros calculados em dólares dos Estados Unidos da América, contados trimestralmente sobre o capital em dívida, à taxa LIBOR (conforme o estabelecido no artigo 28.7) acrescida de 1 (um) ponto percentual, a partir da data em que tais custos foram incorridos pelas Pessoas (à excepção da ENH ou de uma Cessionário Autorizado) que constituem a Concessionária, até reembolso integral.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Artigo 10
Determinação do Valor do Petróleo

- 10.1 O valor do Petróleo referido nos artigos 9 e 11 será, na medida em que tal Petróleo consista em Petróleo Bruto, determinado no final de cada mês civil, começando no mês civil em que tenha início a Produção Comercial de Petróleo Bruto. No caso de tal Petróleo consistir em Gás Natural, tal valor será determinado no final de cada mês civil, começando no mês em que tenha início a entrega comercial no Ponto de Entrega.
- 10.2 O valor para cada qualidade de exportação individual de Petróleo Bruto será:
- a) no caso de vendas a Empresas não-Afiliadas, o preço médio ponderado por barril no Ponto de Entrega de cada qualidade de exportação individual de Petróleo Bruto, apurado por referência aos preços FOB (conforme definido nos INCOTERMS de 2000), a que esse Petróleo Bruto foi vendido pela Concessionária durante esse mês civil; ou
 - b) se a Concessionária vender o Petróleo Bruto a um terceiro em condições diferentes das condições FOB (conforme definido nos Incoterms de 2000), para efeitos deste Contrato deverá ser aplicado um preço FOB calculado sob a forma líquida ("net-back"). O preço FOB calculado sob a forma líquida ("net-back") será estabelecido através da dedução ao preço acordado, os custos reais e directos incorridos pela Concessionária no cumprimento das obrigações decorrentes dos respectivos contratos de venda a que acresçam as obrigações inerentes aos termos de um contrato FOB.
 - c) no caso de vendas a Empresas Afiliadas, o preço que for acordado entre o MIREM e a Concessionária com base na adição conjunta dos dois factores seguintes:
 - i) o preço médio ponderado FOB do mês civil para o Petróleo Bruto de classificação Brent, ou outra classificação apropriada de Petróleo Bruto para a produção e para o período em questão. A média ponderada basear-se-á nos dias de cada mês civil em que um preço de fecho estiver

cotado no relatório de cotações "Platts Oilgram". Serão ignorados os dias sem cotações de preços, como os de fins-de-semana e feriados;

- ii) um prémio ou desconto sobre o preço do Petróleo Bruto de classificação Brent, ou qualquer outra classificação apropriada de Petróleo Bruto para a produção em questão, a determinar por referência à qualidade do Petróleo Bruto produzido a partir da Área do Contrato e o custo de colocação desse Petróleo Bruto no mercado.

10.3 Nos casos em que o MIREM e a Concessionária não consigam acordar um preço nos termos da alínea c) do artigo 10.2, serão adoptados os seguintes procedimentos por forma a determinar o prémio ou desconto referidos no citado artigo:

- a) o MIREM e a Concessionária apresentarão um ao outro as suas avaliações do prémio ou desconto, juntamente com uma explicação dos factores-chave considerados na determinação do prémio ou desconto;
- b) se o prémio ou o desconto apresentados separadamente pelo MIREM e pela Concessionária estiverem, relativamente um ao outro, compreendidos no intervalo de 10 US ¢ (dez cêntimos dos Estados Unidos da América) por barril, será calculada a média para efeitos de fixação do valor final do Petróleo Bruto;
- c) se o prémio ou o desconto apresentados separadamente pelo MIREM e pela Concessionária divergirem em mais de 10 US ¢ (dez cêntimos dos Estados Unidos da América) por barril, cada um deles apresentará de novo ao outro, no 3º (terceiro) dia útil a contar da primeira troca de informação, um prémio ou desconto revisto;
- d) se o prémio ou o desconto apresentados separadamente pelo MIREM e pela Concessionária na segunda troca de informação estiverem compreendidos, relativamente um ao outro, no intervalo de 10 US ¢ (dez cêntimos dos Estados Unidos da América) por barril, será calculada a média para efeitos de fixação do valor final do Petróleo Bruto;

- e) se o prémio ou o desconto apresentados na segunda troca de informação divergirem em mais de 10 US ¢ (dez cêntimos dos Estados Unidos da América) por barril, a questão será submetida à decisão de um perito único nos termos do artigo 30.6, o qual estabelecerá um preço com base nos critérios enunciados na alínea c) do artigo 10.2, mas sempre dentro dos limites estabelecidos pelas Partes nos termos da alínea d) do artigo 10.3.

10.4 O valor calculado para o Gás Natural produzido a partir dos jazigos da Área do Contrato será:

- a) no caso de vendas a Empresas não-Afiliadas, o preço médio ponderado por Gigajoule de Gás Natural de especificação comercial no Ponto de Entrega em que tal Gás Natural tenha sido entregue pela Concessionária durante esse mês civil, deverá ser o preço médio ponderado por Gigajoule de todo o restante Gás Natural de especificação comercial entregue durante o mesmo mês civil proveniente de jazigos sujeitos à jurisdição da República de Moçambique e a média ponderada de preços disponíveis afixados ou publicitados para combustíveis alternativos ao Gás Natural para consumidores industriais de grande dimensão, incluindo geradores eléctricos, no mercado onde os mesmos tenham sido entregues aos consumidores finais.
- b) no caso de vendas a Empresas Afiliadas, o preço estipulado na alínea a) supra para vendas a Empresas não-Afiliadas ou o preço acordado entre o MIREM e a Concessionária.

10.5 No caso de o Governo celebrar com a Concessionária um Contrato comercial de Compra e Venda de Gás e/ou de Petróleo Bruto para a compra, pelo Governo, de Petróleo Bruto e/ou de Gás Natural à Concessionária, o preço de tais vendas não deverá exceder o preço do Petróleo Bruto e/ou do Gás Natural proveniente da Área do Contrato vendido a Empresas Afiliadas, conforme estabelecido nos termos deste Artigo 10.

Artigo 11

Termos Fiscais e Outros Encargos

- 11.1 A Concessionária e os seus Subcontratados, salvo na medida em que deles estejam isentos, estarão sujeitos a toda a legislação aplicável da República de Moçambique que imponha tributos, direitos aduaneiros, impostos, encargos, taxas ou contribuições.
- 11.2 Durante 5 anos após a aprovação do primeiro Plano de Desenvolvimento relativo ao presente Contrato, a Concessionária e os seus Subcontratados terão direito a Incentivos Fiscais e Aduaneiros nos termos da Lei n.º 3/2001, de 21 de Fevereiro, conforme previstos na Lei n.º 13/2007, de 27 de Junho, que regula os incentivos fiscais para as actividades petrolíferas. A Concessionária e os seus Subcontratados estarão isentos dos seguintes impostos, direitos aduaneiros, tributos, e outros encargos:
- a) direitos aduaneiros relativos à importação de bens destinados a serem utilizados nas Operações Petrolíferas, classificados na classe "K" na Pauta Aduaneira, de acordo com a alínea a) do artigo 7 da Lei n.º 13/2007, de 27 de Junho;
 - b) pagamento de direitos relativos à importação de explosivos, detonadores, rastilhos e similares, máquinas e aparelhos para rebentamento de explosivos, bem como equipamentos e aparelhos para reconhecimento e levantamentos topográficos, geodésicos em terra e no mar destinados a operações petrolíferas, de acordo com a alínea b) do artigo 7, da Lei n.º 13/2007, de 27 de Junho;
 - c) direitos aduaneiros e demais imposições fiscais relativos a importação temporária de bens para utilização nas operações petrolíferas, de acordo com o regulamento fiscal aplicável (Pauta Aduaneira), aprovado pelo Decreto n.º 39/2002, de 26 de Dezembro, e;
 - d) as importações e exportações referidas nas alíneas anteriores beneficiarão ainda, durante o mesmo período, de isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), conforme disposto na Lei n.º 32/2007, de 31 de

Dezembro, de acordo com o n.º 2 do artigo 7 da Lei n.º 13/2007, de 27 de Junho.

- 11.3 O Pessoal Expatriado da Concessionária e dos seus Subcontratados estará isento, nos termos deste Contrato dos direitos aduaneiros e outros encargos devidos na importação de bens pessoais e domésticos desse Pessoal Expatriado e seus dependentes, importados para a República de Moçambique tornando-se, contudo, esses direitos aduaneiros sobre tais bens devidos caso se verifique a sua venda na República de Moçambique a pessoa que não esteja isenta desses direitos. O Pessoal Expatriado poderá exportar da República de Moçambique, isentos de direitos aduaneiros e demais encargos, os referidos bens pessoais e domésticos por si importados, nos termos previstos na Pauta Aduaneira, aprovada pelo Decreto n.º 6/2009, de 10 de Março.
- 11.4 Para efeitos deste Contrato, a lista de impostos ("Lista de Impostos") é a seguinte:
- a) O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC), a liquidar nos termos da Lei n.º 34/2007, de 3 de Dezembro, e suas eventuais alterações, mas sempre sem prejuízo do disposto nos artigos 11.9 e 9.12, e a pagar pela Concessionária ou, caso a Concessionária seja constituída por mais do que uma Pessoa, a pagar por cada uma das Pessoas que constituem a Concessionária, as quais serão tributadas e colectadas separadamente. As seguintes disposições aplicar-se-ão ao IRPC incidente sobre rendimentos provenientes de Operações Petrolíferas no âmbito deste Contrato:
 - i) Na determinação do rendimento líquido da Concessionária para efeitos de cálculo de IRPC num dado exercício fiscal ou, se a Concessionária for constituída por mais do que uma Pessoa, do rendimento líquido de qualquer das Pessoas que constituam a Concessionária, serão efectuadas amortizações nos seguintes termos:
 - aa) Será deduzida a amortização, às taxas abaixo indicadas, com início no ano em que as despesas foram incorridas ou em que teve início a Produção Comercial, consoante o que ocorrer mais tarde

- relativamente a despesas em Operações de Pesquisa, incluindo a perfuração de Poços de Pesquisa e de Avaliação, a 100% (cem por cento);
- relativamente a despesas de investimento em Operações de Desenvolvimento e Produção, à taxa anual de 25% (vinte e cinco por cento) dessas despesas, na base de uma amortização pelo método das quotas constantes;
- relativamente a despesas operacionais, a 100% (cem por cento).

bb) Em qualquer ano, a Concessionária ou, se a Concessionária for constituída por mais de uma Pessoa, qualquer uma das Pessoas que a constitui, poderá optar por diferir a amortização, total ou parcialmente. Ao exercer o direito de diferimento, a Concessionária ou, se a Concessionária for constituída por mais de uma Pessoa, qualquer uma das Pessoas que a constitui, deverá notificar o departamento competente do Ministério das Finanças, até ao final do mês de Fevereiro do ano seguinte ao ano em questão, da sua intenção de diferir a amortização. Em tal notificação, a Concessionária ou, no caso de a Concessionária ser constituída por mais de uma Pessoa, qualquer uma das Pessoas que a constitui, especificará:

- a taxa a que pretende amortizar as despesas em Operações de Pesquisa ou despesas operacionais durante o ano em questão, não podendo tal taxa exceder 100% (cem por cento); e
- a taxa a que pretende amortizar as despesas de investimento em Operações de Desenvolvimento e Produção durante o ano em questão, não podendo tal taxa exceder 25% (vinte e cinco por cento).

A taxa notificada pela Concessionária ou, se a Concessionária for constituída por mais de uma entidade, por qualquer uma das

entidades que a constitui, apenas será aplicável ao ano especificado na notificação. Nos anos seguintes a amortização será efectuada à taxa prevista no artigo 11.4, alínea a), subalínea i), aa), salvo se for efectuada outra notificação escrita nos termos deste artigo.

- ii) A amortização diferida, consistindo na diferença entre a taxa permitida e a taxa notificada pela Concessionária ou, se a Concessionária for constituída por mais de uma Pessoa, por qualquer uma das Pessoas que a constitui, como sendo a taxa que pretende utilizar no ano em questão, poderá ser deduzida ao rendimento líquido em qualquer ano futuro. A Concessionária ou, no caso de a Concessionária ser constituída por mais de uma Pessoa, qualquer das Pessoas que a constitui, deverá notificar por escrito o departamento competente do Ministério das Finanças, até ao final do mês de Fevereiro do ano seguinte ao ano em questão, da sua intenção de proceder a essa amortização diferida durante esse ano.
 - iii) Para efeitos de cálculo das responsabilidades em sede de IRPC, o prejuízo sofrido pela Concessionária em qualquer ano poderá ser transportado para dedução por um período de até 5 (cinco) anos após o ano em que tal prejuízo se verificar.
 - iv) Com vista a determinação da base tributável, a entidade competente do Ministério das Finanças, poderá proceder correcções nos termos do Código do IRPC, de acordo com a Lei n.º 15/2002, de 26 de Junho, quando os preços de transferência e subcapitalização resultem de transacções especiais entre Afiliadas que diferem das resultantes com independentes.
- b) Direitos aduaneiros e outros encargos e impostos não isentos nos termos deste artigo 11;
- c) Tributos, encargos, taxas ou contribuições que não sejam discriminatórios e sejam lançados como contrapartida do fornecimento de serviços ou bens específicos identificáveis por parte da República de Moçambique ou pela utilização de instalações propriedade da República de Moçambique ou de

qualquer empresa pública, tais como, mas sem a isso se limitar, água, electricidade, utilização portuária e serviços ou bens semelhantes;

- 11.5 a) Nos termos da legislação de petróleos aplicável, a Concessionária deverá entregar ao Governo, em espécie, a título de Imposto sobre a Produção do Petróleo:
- i) uma quantidade correspondente a 6% (seis por cento) relativamente ao Gás Natural produzido a partir de depósitos localizados na Área do Contrato;
 - ii) uma quantidade correspondente a 10% (dez por cento) relativamente ao Petróleo Bruto produzido a partir de depósitos localizados na Área do Contrato;
- b) Nos termos da legislação aplicável, a Concessionária apresentará ao departamento competente do Ministério das Finanças e ao MIREM, até ao 20.º (vigésimo) dia de cada mês civil, uma declaração relativa ao mês anterior sobre:
- i) a quantidade de Petróleo Bruto e a quantidade de Gás Natural produzido nesse mês civil;
 - ii) a quantidade de Petróleo Bruto e a quantidade de Gás Natural vendido nesse mês civil;
 - iii) a quantidade de Petróleo Bruto armazenado no início e no final do mês civil;
 - iv) a quantidade de Petróleo Bruto e a quantidade de Gás Natural inevitavelmente perdido;
 - v) a quantidade de Petróleo Bruto e a quantidade de Gás Natural que se tenha queimado, escapado, reinjectado ou usado em Operações Petrolíferas;

- vi) a quantidade de Petróleo Bruto e a quantidade de Gás Natural sobre a qual incide o Imposto sobre a Produção do Petróleo;
 - vii) a quantidade a entregar a título de Imposto sobre a Produção do Petróleo nesse mês civil, bem como os pormenores da sua liquidação; e
 - viii) quaisquer outras informações relevantes para a liquidação do Imposto sobre a Produção do Petróleo relativo ao Petróleo Bruto e ao Gás Natural.
- c) O Governo poderá, em vez de receber em dinheiro o Imposto sobre a Produção do Petróleo referido neste artigo 11.5, mediante notificação com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência, exigir de acordo com a legislação aplicável, que a Concessionária pague mensalmente ao Governo em espécie a totalidade ou parte da percentagem do valor em questão, determinada nos termos do disposto no artigo 11, do Petróleo Bruto e do Gás Natural que tenham sido produzidos a partir da Área do Contrato nesse mês.
- d) O Imposto sobre a Produção do Petróleo relativo a um determinado mês civil com referência a Petróleo Bruto e a Gás Natural, bem como os respectivos pagamentos em dinheiro serão entregues ou pagos até ao final do mês civil seguinte.
- e) O pagamento em espécie da percentagem especificada na notificação efectuada nos termos da alínea c) do artigo 11.5 continuará até que o Governo proceda a uma nova notificação por escrito nos termos do disposto na alínea c) do artigo 11.5, fornecendo à Concessionária instruções revistas.
- 11.6 O Governo garante que, na Data Efectiva e no que respeita às Operações Petrolíferas ou aos rendimentos derivados das Operações Petrolíferas, não existiam impostos, direitos aduaneiros, taxas, encargos, emolumentos ou contribuições para além dos incluídos na lista de impostos e dos encargos relativamente aos quais a Concessionária e os seus Subcontratados estão isentos ao abrigo dos Artigos 11.2 e 11.3.
- 11.7 No exercício dos seus direitos e benefícios relativos à isenção de direitos aduaneiros sobre a importação e exportação estipulados neste Artigo, a

Concessionária observará todos os procedimentos e formalidades aplicáveis, devidamente impostos pela legislação aplicável.

- 11.8 Nada nas disposições constantes deste Artigo 11 deverá ser entendido ou interpretado como impondo qualquer limitação ou restrição ao âmbito ou à devida e adequada aplicação da legislação moçambicana de aplicação geral que não discrimine ou tenha o efeito de discriminar a Concessionária, e que disponha, no interesse da segurança, da saúde, do bem-estar ou da protecção do ambiente, no sentido da regulamentação de qualquer categoria de propriedade ou actividade desenvolvida em Moçambique; desde que, no entanto, o Governo, ao longo de toda a duração das Operações Petrolíferas, assegure, de acordo com o Artigo 28, que as medidas tomadas no interesse da segurança, da saúde, do bem-estar ou da protecção do ambiente estão de acordo com os padrões geralmente aceites em cada momento na indústria petrolífera internacional e são razoáveis.
- 11.9 No caso de, após a Data Efectiva, se verificar a introdução de qualquer outro imposto na República de Moçambique que não do tipo previsto no artigo 11 e, em consequência, ocorrer um efeito adverso de natureza material sobre o valor económico auferido das Operações Petrolíferas pela Concessionária, as Partes reunir-se-ão logo que possível após esse facto para acordarem as alterações a este Contrato que assegurem à Concessionária, após essas alterações, as mesmas vantagens económicas das Operações Petrolíferas que auferiria se essa alteração legislativa não tivesse ocorrido.

Artigo 12
Bónus de Produção

A Concessionária deverá pagar os seguintes bónus de produção ao Governo, os quais não serão considerados Custos Recuperáveis para efeitos do Anexo "C" deste Contrato:

	Bónus de Produção a pagar em dólares dos Estados Unidos da América
No Início da Produção Comercial Inicial	Um milhão de dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 1,000,000)
Quando a produção da Área de Contrato atingir, pela primeira vez, no período de um mês, uma média diária de 25.000 BOE	Cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 5,000,000)
Cada vez que a produção da Área de Contrato atingir, pela primeira vez, no período de um mês, uma tranche adicional média de 25.000 BOE por dia	Cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América (US\$ 5,000,000)

Para efeitos deste artigo:

- i) "Início da Produção Comercial Inicial" significa a data em que a Produção Comercial a partir da Área do Contrato tenha sido mantida por um período de 30 (trinta) dias consecutivos; e
- ii) "BOE" significa o número equivalente de Barris de Petróleo Bruto resultantes da conversão em Petróleo Bruto de Gás Natural na base de 1 (um) Barril de Petróleo Bruto para cada 6.000 (seis mil) pés cúbicos de Gás Natural.

Artigo 13
Regras sobre o Levantamento

- 13.1 a) Sem prejuízo das disposições deste Contrato que regulam a produção e venda de Petróleo, a Concessionária terá direito a levantar e exportar livremente o Petróleo Produzido a que tem direito nos termos deste Contrato.
- b) Cada Parte tomará posse do Petróleo a que tem direito a um nível aproximadamente regular ao longo de cada ano civil, de modo consistente com as Boas Práticas relativas a Campos Petrolíferos.
- c) Até 90 (noventa) dias antes da data programada para o início da Produção Comercial, as Partes estabelecerão procedimentos de recolha abrangendo a programação, armazenamento e levantamento de Petróleo e quaisquer outras matérias que as Partes acordem. Tais procedimentos respeitarão as Boas Práticas relativas a Campos Petrolíferos.
- 13.2 Sem prejuízo do disposto na artigo 9.2 ou de instruções dadas de acordo com esse Artigo, o Governo poderá, mediante notificação à Concessionária ou ao Operador com uma antecedência mínima de 6 (seis) meses, exigir à Concessionária ou ao Operador que venda em nome do Governo, durante o ano civil seguinte, salvo instruções em contrário, a totalidade ou qualquer parte do volume do Imposto sobre Produção do Petróleo cobrado em espécie e, quando aplicável, do Petróleo-Lucro que não tenha sido anteriormente alocado, a que o Governo tem direito ao abrigo deste Contrato durante o referido ano seguinte. A quantidade desse Petróleo-Lucro que o Governo deseja vender será especificada na referida notificação. A Concessionária ou Operador venderá aquela quantidade de Petróleo-Lucro no mercado livre ao melhor preço que se possa razoavelmente obter e remeterá directamente e de imediato o produto da venda ao Governo. A Concessionária ou o Operador não cobrará qualquer comissão ao Governo pela venda do Petróleo do Governo.

Artigo 14

Conservação do Petróleo e Prevenção de Perdas

- 14.1 A Concessionária, antes de realizar quaisquer perfurações, elaborará e submeterá à análise do MIREM um programa de poço que inclua um plano de emergência concebido para conseguir uma resposta de emergência rápida e eficaz, em caso de explosão ou incêndio, fuga, desperdício ou perda de Petróleo ou danos nos estratos que contêm Petróleo.
- 14.2 Em caso de explosão ou incêndio, fuga, desperdício ou perda de Petróleo ou danos nos estratos que contêm Petróleo, a Concessionária notificará o MIREM no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após tomar conhecimento dessa ocorrência, implementando prontamente o respectivo plano de emergência e apresentando, assim que possível, um relatório completo da ocorrência ao MIREM.
- 14.3 Sem prejuízo das obrigações da Concessionária nos termos do artigo 29, em caso de renúncia ou abandono por parte da Concessionária ou de cessação dos seus direitos nos termos deste Contrato, a Concessionária, no prazo de 90 (noventa) dias após a data dessa renúncia, abandono ou cessação, relativamente à totalidade da Área do Contrato ou, consoante o caso, a uma parte da Área do Contrato a que a Concessionária tenha renunciado ou que tenha abandonado:
- a) obturará ou fechará, de forma consistente com as Boas Práticas relativas a Campos Petrolíferos, todos os poços perfurados como parte das Operações Petrolíferas, salvo acordo em contrário entre o MIREM e a Concessionária.
 - b) tomará todas as medidas necessárias, de acordo com as Boas Práticas relativas a Campos Petrolíferos, no sentido de prevenir acidentes para a vida humana ou os bens de terceiros ou para o ambiente resultantes das condições da Área do Contrato ou, consoante o caso, de qualquer parte da mesma, causados por Operações Petrolíferas, condições essas que, com um razoável cuidado, sejam ou devessem ser evidentes na altura da renúncia, abandono ou cessação.

Artigo 15

Desmobilização

15.1 Se, de acordo com as expectativas razoáveis da Concessionária, esta vier a cessar a produção de Petróleo ao abrigo deste Contrato a partir da Área do Contrato, ou se o Contrato caducar ou for objecto de revogação ou renúncia conforme os procedimentos estipulados neste Contrato e na legislação aplicável, a Concessionária deverá submeter à aprovação do MIREM um Plano de Desmobilização. O Plano de Desmobilização será elaborado de acordo com a legislação aplicável e deverá conter sem a isso se limitar, a seguinte informação:

- a) detalhes, estabelecidos separadamente em relação a cada Área de Desenvolvimento e Produção, das medidas a adoptar para executar a desmobilização incluindo, mas sem a isso se limitar:
 - i) desmobilização de equipamento e instalações para cada Área de Desenvolvimento e Produção;
 - ii) remoção atempada de equipamento e instalações que não sejam necessárias para as Operações Petrolíferas em curso em qualquer outra Área de Desenvolvimento e Produção; e
 - iii) quaisquer outras medidas que possam ser razoavelmente necessárias para prevenir perigo para a vida humana, para bens de terceiros ou para o ambiente.
- b) estimativas do tempo necessário para concluir as operações nos termos do plano;
- c) um orçamento para as operações previstas no plano, incluindo detalhes sobre os custos de desmobilização de equipamento e instalações;
- d) um esquema de decomposição de contas do Fundo de Desmobilização para fazer face aos custos de implementação do plano; e
- e) os estudos ambientais, de engenharia e de viabilidade que possam ser necessários para fundamentar o plano proposto.

- 15.2 O Plano de Desmobilização será elaborado com observância da legislação aplicável e das disposições do artigo 28 e deverá assegurar que a desmobilização é conduzida de uma forma consentânea com os padrões geralmente reconhecidos como aplicáveis na indústria petrolífera internacional e os padrões da Concessionária para desmobilização.
- 15.3 Caso a Concessionária não submeta ao MIREM um Plano de Desmobilização no prazo previsto, o MIREM poderá exigir à Concessionária, mediante notificação, que esta lhe apresente um Plano de Desmobilização, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da recepção da notificação. Se durante esse prazo não for apresentado nenhum Plano de Desmobilização, o MIREM pode solicitar a consultores de nível internacional que elaborem um Plano de Desmobilização.
- 15.4 Um Plano de Desmobilização elaborado por um consultor de acordo com a legislação aplicável e este artigo será implementado pela Concessionária de acordo com os seus termos tal como se fosse uma obrigação da Concessionária prevista no Artigo 28. O custo de encarregar consultores de engenharia de elaborarem um plano de um consultor será devido pela Concessionária ao Governo.
- 15.5 No caso de a Concessionária considerar que a produção numa Área de Desenvolvimento e Produção cessará antes que um Plano de Desmobilização seja elaborado, serão preparadas pela Concessionária medidas de desmobilização para essa Área de Desenvolvimento e Produção de acordo com a exigência relativa a desmobilização estabelecida neste Artigo, e quando estas medidas forem aprovadas pelo MIREM, produzirão efeitos como uma alteração ao Plano de Desenvolvimento para essa Área de Desenvolvimento e Produção.
- 15.6 Até à data do início da produção de Petróleo a partir das reservas da Área do Contrato, a Concessionária deverá abrir, num banco da sua escolha, uma conta remunerada a juros em Dólares dos Estados Unidos da América ou noutra moeda mutuamente acordada pelas Partes, que se designará como Fundo de Desmobilização, na qual a Concessionária depositará periodicamente fundos que cubram os custos previstos de implementação de um Plano de Desmobilização aprovado. À data da abertura da conta do Fundo de Desmobilização, a

Concessionária depositará dez mil dólares norte-americanos (US\$ 10,000) ou o equivalente se outra moeda for acordada.

15.7 O cálculo e os pagamentos da estimativa dos custos de desmobilização futura no Fundo de Desmobilização serão feitos da seguinte maneira:

a) As estimativas de: (i) reservas recuperáveis iniciais e o calendário de produção projectado e (ii) custos totais de desmobilização para a solução de desmobilização proposta pela Concessionária bem como soluções alternativas e razoáveis de desmobilização, serão preparados pela Concessionária em dólares americanos ou em qualquer outra moeda determinada pela lei aplicável e submetida à aprovação do MIREM. O MIREM seleccionará das propostas submetidas pela Concessionária uma solução de desmobilização preliminar para servir de base para o cálculo dos custos de desmobilização a serem cobertos pelo Fundo de Desmobilização criado com a finalidade de cobrir tais custos de desmobilização. Providências adequadas para revisões sucessivas de tais estimativas devem, quando requeridas por esse Contrato, pela lei aplicável ou julgadas necessárias pela Concessionária devido a alterações significativos de factos, também ser incluídas em qualquer Plano de Desmobilização actualizado.

b) No caso de em qualquer ano civil no qual a Concessionária não tenha submetido ao MIREM um Plano de Desmobilização revisto ou a estimativa total do custo da desmobilização, a Concessionária actualizará o valor total da mais recente estimativa de custo de desmobilização aprovada preliminarmente pelo MIREM para corresponder à escalação dólares norte-americanos (ou quando aplicável qualquer outra moeda aprovada) de tais custos estimados de desmobilização aprovados no período entre o ano civil no qual tais custos foram calculados e o ano civil em curso. Para este propósito, e durante cada ano civil, o índice de escalação do dólar americano aplicável terá como base o Índice de Preços ao Produtor para a Perfuração de Poços de Petróleo e Gás conforme publicado pela Agência de Estatísticas de Trabalho dos Estados Unidos (*U.S. Bureau of Labor Statistics*). O índice anual a ser usado no ano "n" será determinado pela diferença entre o índice anual relativo ao ano no qual a mais recente estimativa aprovada foi determinada e o mesmo índice anual para tal ano "n". No caso de a Agência de Estatísticas de Trabalho dos Estados Unidos cessar, por qualquer razão, de publicar o Índice de Preços ao Produtor para a Perfuração de Poços de Petróleo e Gás ou quando uma moeda alternativa for

escolhida, as Partes determinarão uma fonte independente alternativa internacionalmente reconhecida, ou um índice representativo alternativo.

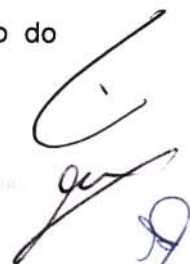
- 15.8 A Concessionária não retirará dinheiro do Fundo de Desmobilização, salvo com o objectivo de pagar os custos de implementação de um Plano de Desmobilização aprovado, devendo ser remetidas cópias ao MIREM de todos os extractos periodicamente fornecidos pelo banco relacionados com o Fundo de Desmobilização.
- 15.9 Os pagamentos para o Fundo de Desmobilização serão custos recuperáveis de acordo com as disposições aplicáveis deste Contrato.
- 15.10 Os custos incorridos pela Concessionária para implementar um Plano de Desmobilização aprovado serão custos recuperáveis de acordo com o disposto a esse respeito no artigo 9 e, para efeitos de IRPC, serão considerados uma despesa operacional, salvo quando, em qualquer caso, tais custos tenham sido financiados através de levantamentos do Fundo de Desmobilização.
- 15.11 Quaisquer fundos remanescentes no Fundo de Desmobilização após a conclusão do Plano de Desmobilização aprovado serão tratados como Petróleo-Lucro, devendo o saldo remanescente ser partilhado de acordo com o disposto no artigo 9.10.
- 15.12 No caso de, ao tempo da implementação de qualquer Plano de Desmobilização, não haver fundos suficientes disponíveis no Fundo de Desmobilização para financiar as operações desse plano, o défice será integralmente satisfeito pela Concessionária.



Artigo 16

Seguros

- 16.1 Salvo acordo em contrário entre as Partes, a Concessionária efectuará e manterá, relativamente às Operações Petrolíferas, todos os seguros exigidos pela legislação aplicável de Moçambique, e no caso de tais seguros serem fornecidos por jurisdição diferente da República de Moçambique, a lei aplicável de tal jurisdição assim como quaisquer outros seguros que o MIREM e a Concessionária possam periodicamente acordar. Tais outros seguros incluirão, pelo menos, seguros contra os seguintes riscos:
- a) perdas e danos causados a todas as instalações e equipamentos propriedade da Concessionária ou por esta utilizados nas Operações Petrolíferas;
 - b) poluição causada pela Concessionária no decurso das Operações Petrolíferas, pela qual a Concessionária possa ser responsabilizada;
 - c) perdas e danos causados pela Concessionária a pessoas e bens de terceiros no decurso das Operações Petrolíferas, pelos quais a Concessionária possa ser responsabilizada a indemnizar o Governo;
 - d) o custo de operações de remoção de destroços e de limpeza pela Concessionária após um acidente no decurso das Operações Petrolíferas; e
 - e) a responsabilidade da Concessionária e/ou do Operador pelos seus trabalhadores envolvidos nas Operações Petrolíferas.
- 16.2 Relativamente a Operações de Desenvolvimento e Produção, a Concessionária apresentará ao MIREM um programa de implementação de um seguro contra "Todos os Riscos" que poderá cobrir, entre outros, danos físicos nas instalações em construção e montagem, assim como responsabilidades legais emergentes das Operações de Desenvolvimento e Produção.
- 16.3 Qualquer seguro exigido à Concessionária nos termos do disposto nos artigos 16.1 e 16.2 poderá, à discrição da Concessionária e sujeito à aprovação do MIREM, ser disponibilizado através de uma ou mais das seguintes opções:



- a) sem seguro quando a própria Concessionária suporte os riscos e nenhum prémio seja cobrado; contanto que, no caso de perdas ou danos resultantes de um risco que a Concessionária optou por não segurar, tais perdas ou danos não serão Custos Recuperáveis para efeitos do Anexo "C" deste Contrato;
 - b) seguro através de uma companhia de seguros totalmente detida pelo Operador ou pela Concessionária, caso em que o prémio cobrado deverá ser conforme aos valores praticados no mercado internacional de seguros;
 - c) utilização pela Concessionária, para benefício das Operações Petrolíferas, de um seguro contratado como parte de uma cobertura global, caso em que o prémio cobrado deverá ser no valor obtido para tal cobertura global; ou
 - d) sem prejuízo do disposto no artigo 19, seguro através de mercados internacionais de seguros de acordo com os valores aí praticados, contanto que:
 - i) uma companhia de seguros totalmente detida pelo Operador ou por uma Concessionária possa participar em qualquer seguro ou resseguro contratado internacionalmente; e
 - ii) a Concessionária tenha a opção de colocar a concurso e contratar todos os resseguros adequados para qualquer seguro contratado junto de companhias de seguros registadas na República de Moçambique.
- 16.4 A menos que de outra forma seja aprovado pelo MIREM, a Concessionária colocará a concurso aberto todos os seguros renováveis contratados nos mercados internacionais pelo menos uma vez em cada 3 (três) anos.
- 16.5 A Concessionária exigirá aos seus Subcontratados que efectuem semelhantes seguros do tipo e nos montantes exigidos pela lei e habituais na indústria petrolífera internacional, de acordo com as Boas Práticas relativas a Campos Petrolíferos.

Artigo 17

Gás Natural

- 17.1 A Concessionária terá o direito de utilizar o Gás Natural produzido a partir de jazigos na Área do Contrato nas Operações Petrolíferas na Área do Contrato, incluindo, mas sem a isso se limitar, para a produção de energia eléctrica, manutenção de pressão e operações de reciclagem.
- 17.2 Os termos e condições relativos à utilização e produção de Gás Natural Associado serão os seguintes:
- a) Caso a Concessionária opte por processar e vender o Gás Natural Associado, a Concessionária notificará o MIREM desse facto e, para efeitos de recuperação de custos e direito à produção, tal Gás Natural será tratado pelas Partes da mesma forma do que outro Gás Natural.
 - b) Caso a Concessionária opte por não processar e vender o Gás Natural Associado não utilizado para os fins estipulados no artigo 17.1 ou na alínea c) infra, o Governo poderá, sem qualquer pagamento à Concessionária mas por sua exclusiva conta e risco, recolher esse Gás Natural no separador de gás/petróleo; desde que essa recolha não perturbe ou atrase a condução das Operações Petrolíferas.
 - c) A Concessionária poderá re-injectar qualquer Gás Natural Associado que não seja recolhido pelo Governo nos termos da alínea b) supra, utilizado em Operações Petrolíferas, processado e vendido pela Concessionária, ou recolhido pelo Governo nos termos da alínea b) supra, sendo os custos dessa disposição recuperáveis na medida em que tal re-injecção esteja prevista no Plano de Desenvolvimento.
- 17.3 Os termos e condições relativos ao Programa de Avaliação e avaliação comercial, da produção e venda de Gás Natural não Associado serão os seguintes:
- a) Aquando da conclusão de um Programa de Avaliação relativo a uma Descoberta de Gás Natural não Associado efectuada pela Concessionária e da apresentação do relatório de avaliação da mesma, o "Período de

Avaliação Comercial" terá início, se a Concessionária o solicitar, e manter-se-á em relação a qualquer Área de Descoberta por um período de 4 (quatro) anos, opção essa a ser exercida sob a exclusiva discricionariedade da Concessionária. Mediante requerimento da Concessionária ao Governo, poderá ser concedida uma prorrogação, por um segundo período de até 4 (quatro) anos. O relatório de avaliação apresentado nos termos deste artigo deverá incluir as reservas recuperáveis estimadas, pressão e taxa de entrega dos projectos, especificações de qualidade e outros factores técnicos e económicos relevantes para a determinação de um mercado para Gás Natural disponível. A Concessionária pode, a qualquer momento durante o Período de Avaliação Comercial, informar o MIREM, através de notificação, sobre se o Jazigo Petrolífero localizado em qualquer Descoberta de Gás Natural não Associado efectuada pela Concessionária, em relação à qual tenha sido apresentado relatório de avaliação, é comercial.

- b) Caso a Concessionária não solicite um Período de Avaliação Comercial nos termos da alínea a) supra no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de apresentação do relatório de avaliação, a Concessionária deverá informar o MIREM, através de notificação, se qualquer Descoberta de Gás Natural não Associado efectuada pela Concessionária, em relação à qual tenha sido apresentado um relatório de avaliação, é comercial.

Quando a Concessionária, nos termos deste artigo 17.3, notificar que a Descoberta de Gás Natural não Associado feita pela Concessionária é comercial, tal notificação deverá, para efeitos deste Contrato, ser considerada uma notificação de Descoberta Comercial.

17.4 O Período de Avaliação Comercial terminará com a primeira das seguintes ocorrências:

- a) na data seguinte à da Notificação de Descoberta Comercial por parte da Concessionária nos termos do artigo 17.3;
- b) na data em que a Concessionária voluntariamente renuncie à Área de Descoberta a que o Período de Avaliação Comercial se refere; ou



- c) no termo do período a que a Concessionária tem direito nos termos do artigo 17.3.
- 17.5 Considera-se que a Concessionária renunciou a todos os direitos sobre a Descoberta de Gás Natural não Associado quando não tiver efectuado a notificação de Descoberta Comercial nos termos do artigo 17.3 até final do Período de Avaliação Comercial ou anterior renúncia àquela parte da Área do Contrato.
- 17.6 A Concessionária será responsável por pesquisar oportunidades de mercado e procurar desenvolver um mercado para o Gás Natural não Associado produzido a partir de qualquer Área de Desenvolvimento e Produção e deverá vender tal Gás Natural não Associado de forma conjunta em termos comuns a todas as partes que constituem a Concessionária. Cada contrato para a venda de tal Gás Natural não Associado celebrado pela Concessionária nos termos deste artigo deverá ser aprovado pelo MIREM. Ao requerer tal aprovação, a Concessionária deve demonstrar ao MIREM que os preços e demais condições de venda de tal Gás Natural representam o valor de mercado que pode ser obtido para esse Gás Natural, tendo em consideração um custo razoável de mercado para o transporte do Gás Natural desde o Ponto de Entrega até ao comprador e considerando os diferentes usos e mercados que possam ser desenvolvidos para tal Gás Natural.
- 17.7 Juntamente com o seu pedido de aprovação de qualquer contrato de venda de gás nos termos do Artigo 17.6, a Concessionária pode requerer uma prorrogação do Período de Desenvolvimento e Produção em relação a qualquer Área de Desenvolvimento e Produção da qual venha a ser produzido Gás Natural não Associado para venda nos termos desse contrato de venda de gás, e quando tal prorrogação seja necessária para facilitar a venda de gás nos termos de tal contrato, o MIREM concedê-la-á.



Artigo 18

Emprego e Formação

- 18.1 Sujeito à apreciação pelo Governo, por motivos de segurança, da situação de qualquer indivíduo que entre na República de Moçambique e aos procedimentos e formalidades legais da legislação aplicável de Moçambique relacionada com a imigração, o Governo concederá as necessárias autorizações ou outras aprovações necessárias para a contratação e entrada na República de Moçambique de Pessoal Expatriado empregue pela Concessionária ou pelos seus Subcontratados para efeitos deste Contrato.
- 18.2 Na prossecução das Operações Petrolíferas, a Concessionária procurará, tanto quanto possível, empregar cidadãos da República de Moçambique que possuam qualificações adequadas, a todos os níveis da sua organização, como Subcontratados ou empregados por Subcontratados. A este respeito, a Concessionária, após consulta com o MIREM, proporá e executará um programa eficaz de formação e emprego para os seus trabalhadores moçambicanos em cada fase e nível de operações, tendo em conta os requisitos de segurança e a necessidade de manter padrões de eficiência razoáveis na realização das Operações Petrolíferas. Esses trabalhadores poderão ser formados na República de Moçambique ou no estrangeiro, conforme imposto pelos programas de formação elaborados pela Concessionária.
- 18.3 A Concessionária deverá cooperar com o MIREM, no sentido de providenciar a um número de funcionários do Governo mutuamente acordado, a oportunidade de participar em acções de formação facultadas pela Concessionária ou qualquer das suas Empresas Afiliadas aos seus trabalhadores, especificamente para funcionários do Governo.
- 18.4 De forma a que o MIREM fiscalize o cumprimento das obrigações de emprego e formação contidas neste Artigo, a Concessionária apresentará anualmente ao MIREM os seus programas de emprego e formação.
- 18.5 A Concessionária pagará ao Governo a quantia de USD 500.000 (quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) ao Governo. Este montante será utilizado como apoio institucional às entidades envolvidas na promoção, Pesquisa